

Patriotismo e direitos nas denúncias internacionais da violência no Brasil

Denunciar violência e arbitrariedade buscando proteger a vida de brasileiros e brasileiras é ser mais patriota que prestar culto teatral a símbolos abstratos

Fabio de Sa e Silva
22 de abril de 2021

ADAM SCHULTZ/WHITE HOUSE PHOTO



Eleição da chapa Harris/Biden minou o principal pilar de sustentação de Bolsonaro no mundo

Em fevereiro deste ano, a Rede Estadunidense pela Democracia no Brasil (USNDB) encaminhou ao novo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, uma nota técnica com recomendações sobre o Brasil. O texto, elaborado ou endossado por dezenas de acadêmicos e acadêmicas que estudam o país, está estruturado em dez tópicos. Entre esses, violência e segurança pública aparecem com destaque e sob três abordagens. Primeiro, quando autores e autoras tratam dos estímulos – ou da complacência – do presidente Bolsonaro com o uso da violência por agentes não estatais; segundo, quando indicam a permanência e o agravamento da vulnerabilidade de segmentos da população como negros(as) e LGBTQI à violência e, por fim, quando chamam atenção para o crescimento nos índices de violência praticada por agentes do estado.

A elaboração dessa nota técnica resulta de um revigoramento da solidariedade em relação ao Brasil nos EUA, iniciado em 2016, quando a crise política se agravou no país, desencadeando no *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, na prisão do ex-presidente Lula, e na eleição de Jair Bolsonaro. Quando as ilusões de que as “instituições brasileiras estavam funcionando” se dissipou de vez no exterior, uma ampla rede de acadêmicos(as) e ativistas estava estruturada e atenta à degradação da democracia e dos direitos humanos no país. Nesse processo, era natural que a violência e a segurança pública tivessem lugar central. Primeiro, pelo peso histórico dos direitos civis no debate norte-americano; segundo, pela atualidade do tema da violência policial a partir do “Black lives matter” e da morte de George Floyd.

Nesse íterim, a eleição da chapa Biden/Harris – que, de resto, tem representado importante virada na política econômica, sanitária, ambiental e de direitos humanos nos Estados Unidos – acabou por minar o principal pilar de sustentação de Bolsonaro no cenário global. Não à toa, desde que Biden tomou assento no Salão Oval da Casa Branca, Bolsonaro já foi forçado a substituir seu Ministro das Relações Exteriores – o olavista e trumpista Ernesto Araújo – e aumentam as pressões para que também demita o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.

A nota técnica despertou reações distintas, mas ilustrativas do modo pelo qual o dissenso é tratado no que Leonardo Avritzer, Marjorie Marona e Fabio Kerche chamaram, recentemente, de um “governo movimento”. As fontes oficiais minimizaram o texto; o embaixador do Brasil nos EUA, Nestor Foster, disse tratar-se de “tentativa de fazer uma não agenda”, que “não tem base em um trabalho sério, profissional, na relação entre dois países”. De maneira mais difusa e sub-reptícia, as vozes do Bolsonarismo na internet e nas redes sociais empenharam-se em transformar o documento em mais uma trincheira de suas guerras culturais. Um professor da Escola Superior de Guerra declarou ser “absolutamente lamentável que o relatório seja assinado por acadêmicos brasileiros baseados nos EUA, que agem como verdadeiros quinta-colunas contra seu próprio País”. O candidato à vice-presidência pelo Partido Novo chamou o documento de “dossiê de brasileiros contra o Brasil”.

Essas reações denotam um abuso retórico do “patriotismo”, que confunde críticas a governos com projetos políticos hegemônicos com lealdade ao país, e que parece ser a marca de governos autoritários no Brasil. Tônica semelhante foi utilizada pelo regime militar, quando Médici adotou o slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o”, ou ao final de 2020, quando o General Heleno admitiu ter instruído a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) a monitorar “maus brasileiros” na Conferência do Clima.

No início de 2020, quando eventos presenciais estavam ao nosso alcance, tive a felicidade de participar de um evento com Cheryl Brown-Henderson, que nos anos 1950 era uma das três crianças em cujo nome foi ajuizado o caso *Brown v. Board of Education*, em cujo âmbito foi determinado o fim da segregação escolar nos EUA. Na ocasião, ela utilizou uma frase que define com precisão a falácia desse argumento: “neste país, somos ensinados desde cedo a expressar nossa deferência à bandeira, mas e a bandeira, nos presta deferência – a nós, negros, mulheres, crianças, LGBT?”

A violência não é um problema novo no país; ao contrário, é a área de política pública em que os governos democraticamente eleitos desde 1988 tiveram a maior dificuldade de avançar. Mas denunciá-la internacionalmente – e, principalmente, chamar a atenção para os novos contornos que ela ganha na gestão Bolsonaro – está longe de ser traição à pátria. A razão evidente é que, os que assim o fazem, buscam preservar a vida dos milhares de brasileiros e brasileiras, incluindo as mais de 100 crianças baleadas apenas no Rio de Janeiro nos últimos cinco anos. Denunciar violência e arbitrariedade buscando proteger a vida de tais brasileiros e brasileiras é ser muito mais patriota que prestar culto teatral a símbolos abstratos.

Fabio de Sa e Silva

Professor da Universidade de Oklahoma

<https://www.fontesegura.org.br/seguranca-no-mundo1/mxct9qzzqx>

